

Ata da Reunião do Conselho

Ata

n.º

05

No dia quatro de abril de 1995, reuniu-se, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho – SERT, o Conselho Estadual do Trabalho, em reunião ordinária, tendo como pauta os itens abaixo: Ata n.º 05

No dia quatro de abril de 1995, reuniu-se, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho – SERT, o Conselho Estadual do Trabalho, em reunião ordinária, tendo como pauta os itens abaixo: 1- Leitura a aprovação da ata anterior; 2- Aprovação da versão final do Plano de Trabalho/95 do Convênio Mtb/CODEFAT; 3- Diagnóstico e prognóstico em relação a Foz do Iguaçu; 4- Participação nos lucros da empresa: encaminhamento da questão; 5- Grupo Temático sobre o trabalhador rural: situação e proposições; 6- Reuniões do Conselho Estadual do Trabalho: data fixa? 7- Informes sobre o XXXV TONSET e a MP 935; 8- Informes Gerais: a) Conselho Municipal do Trabalho em São José dos Pinhais; b) Campanha sobre carteira de Trabalho; c) Outras.

- ITEM 1: Foi aprovada por unanimidade e sem emendas ou adendos, a ata anterior, cuja cópia fora encaminhada aos participantes por ocasião da presente reunião.

- ITEM 2: Elietti de Souza assessora técnica da SERT, explicitou as alterações efetuadas na versão preliminar do Plano de Trabalho para o Convênio Mtb/CODEFAT, decorrentes da avaliação pelo Ministério do Trabalho, o que resultou na alteração de algumas metas, em especial no tocante ao Seguro Desemprego, PROGER e SINE's Rurais, implicando sua redução do valor total do Convênio. O Conselho recebeu cada Ministro, cópia da versão final do Plano de Trabalho, que ficou aprovada mediante a Resolução n.º 006/95 – CET.

- ITEM 3: O Presidente do Conselho, o Secretário Joni Paulo Varisco relatou a situação e perspectivas da cidade de Foz do Iguaçu, cuja economia, centrada no "comprismo", corre riscos de abalo em decorrência do MERCOSUL. Explicou que a SERT está pleiteando recursos do FAT para realização de um diagnóstico e prognóstico da cidade e região, com apoio técnico do IPARDES, visando identificar a vocação econômica do Município e as alternativas que deverão ser incentivadas e aprovadas. Paulo T. M. Vieira, da CUT, sugeriu calma em relação a Foz e propôs que o Governo do Estado interfira junto ao Governo Federal no sentido de evitar a disponibilização da mão-de-obra, pois a Binacional está terceirizando os serviços e demitindo. Alberto Manenti informou que recebeu ofício do Ministro do Trabalho pedindo informações quanto à possibilidade de demissões e admissões terceirizadas, a que Itaipu respondeu tratar-se de mera renovação de contratos extintos, sendo que empresas antigas não venceram a licitação, o que fez "parecer" demissão, mas que, na realidade, houve troca de empresas uma em que as vencedoras recontrataram a maioria dos trabalhadores. Manenti prometeu encaminhar relatório sobre situação à SERT e à CUT. Sinval Machado, da FACIAP, lembrou sobre os editais em andamento para construção da segunda ponte sobre o rio Paraná, em Foz do Iguaçu, o que gerará empregos. Entretanto, o que preocupa é que serão empresas paranaenses concorrendo e se a vencedora for de fora do Estado poderá trazer mão-de-obra do seu Estado agravando o problema após a conclusão das obras. Sinval sugeriu entendimentos entre a SERT, a SEID e a SETR, nesse sentido, no que o Secretário Joni Varisco prometeu imediatamente, promover a articulação entre essas Secretarias e o Governador, no sentido de se estimular a criação consórcio estadual de empresas para convocar no processo licitatório.

- ITEM 4: Foi distribuída cópia da MP 915, referente à Participação nos lucros das empresas. Os Membros do Conselho, discutiram a questão e viram vários problemas na referida MP, principalmente o fato da exclusão dos sindicatos do processo, transformados em mero arquivo. Propôs-se, então, o aprofundamento da questão, inclusive buscando elementos para subsidiar os deputados a respeito e também dar ao Conselho subsídios sobre os caminhos a tomar. Decidiu-se, para tanto, promover um Seminário sobre a questão e questões correlatas (contrato coletivo etc...), para cuja preparação foi delegada a tarefa à SERT e foram sugeridos como especialistas: Cleverson M. Teixeira, Karám (Dieese), SEBRAE e outros, a critério da equipe responsável pela preparação composta por: Cleverson, Vanderley (F. Sindical) ou Paulo Vieira (CUT) e SERT. Considerando, inclusive, o teor do artigo 2º, faz-se necessário convidar para o Seminário um jurista, para que possa esclarecer conceito de

técnico do IPARDES, visando identificar a vocação econômica do Município e as alternativas que deverão ser incentivadas e aprovadas. Paulo T. M. Vieira, da CUT, sugeriu calma em relação a Foz e propôs que o Governo do Estado interfira junto ao Governo Federal no sentido de evitar a disponibilização da mão-de-obra, pois a Binacional está terceirizando os serviços e demitindo. Alberto Manenti informou que recebeu ofício do Ministro do Trabalho pedindo informações quanto à possibilidade de demissões e admissões terceirizadas, a que Itaipu respondeu tratar-se de mera renovação de contratos extintos, sendo que empresas antigas não venceram a licitação, o que fez "parecer" demissão, mas que, na realidade, houve troca de empresas uma em que as vencedoras recontrataram a maioria dos trabalhadores. Manenti prometeu encaminhar relatório sobre situação à SERT e à CUT. Sinval Machado, da FACIAP, lembrou sobre os editais em andamento para construção da segunda ponte sobre o rio Paraná, em Foz do Iguaçu, o que gerará empregos. Entretanto, o que preocupa é que serão empresas paranaenses concorrendo e se a vencedora for de fora do Estado poderá trazer mão-de-obra do seu Estado agravando o problema após a conclusão das obras. Sinval sugeriu entendimentos entre a SERT, a SEID e a SETR, nesse sentido, no que o Secretário Joni Varisco prometeu imediatamente, promover a articulação entre essas Secretarias e o Governador, no sentido de se estimular a criação consórcio estadual de empresas para convocar no processo licitatório.

- ITEM 4: Foi distribuída cópia da MP 915, referente à Participação nos lucros das empresas. Os Membros do Conselho, discutiram a questão e viram vários problemas na referida MP, principalmente o fato da exclusão dos sindicatos do processo, transformados em mero arquivo. Propôs-se, então, o aprofundamento da questão, inclusive buscando elementos para subsidiar os deputados a respeito e também dar ao Conselho subsídios sobre os caminhos a tomar. Decidiu-se, para tanto, promover um Seminário sobre a questão e questões correlatas (contrato coletivo etc...), para cuja preparação foi delegada a tarefa à SERT e foram sugeridos como especialistas: Cleverson M. Teixeira, Karám (Dieese), SEBRAE e outros, a critério da equipe responsável pela preparação composta por: Cleverson, Vanderley (F. Sindical) ou Paulo Vieira (CUT) e SERT. Considerando, inclusive, o teor do artigo 2º, faz-se necessário convidar para o Seminário um jurista, para que possa esclarecer conceito de empresa, o alcance do referido artigo, por exemplo, em relação a autarquia estadual etc.

- ITEM 5: Paulo F. M. Vieira, coordenador do Grupo Temático sobre Trabalhador Rural Volante, fez o relato dos trabalhos do Grupo, mencionando, entre outras, os seguintes tópicos: esforço do grupo em caracterizar o trabalhador rural, para o que, além de reuniões e estudos, foram encaminhadas 1.100 correspondências às Prefeituras, as Sindicatos Rurais de trabalhadores e patronais à universidades e faculdades e entidades de assessoria e pesquisa, solicitando informações sobre estudos e experiências...; foram garantidos contatos com responsáveis pelo Programa Paraná 12 meses, com a equipe inter-setorial do Programa Vilas Rurais e haverá aprofundamento da questão através de Seminário, marcado para o dia 18 de abril. Tudo isso exige mais tempo para os trabalhos, razão pela qual foi solicitada a prorrogação de prazo para o grupo, por mais 60 dias, o que foi concedido pelo Conselho mediante a Resolução n.º 005/95-CET. O secretário comentou a sentença do Governo em fixar o homem no campo no que aposta no diagnóstico e soluções a nível de cada município. Espera também que, com a instalação dos Conselhos Regionais e Municípios do Trabalho, poder-se-á viabilizar esse conhecimento da realidade e a convocação de soluções micro-regionais e locais, inclusive com o apoio do IPARDES.

- ITEM 6: Decidiu-se manter como data de referência para as reuniões do Conselho Estadual do Trabalho todas as últimas terças-feiras de cada mês, às 9:00 hs. Sendo assim, a próxima reunião ficou marcada para 25/04/95.

- ITEM 7: O Secretário explicitou os principais tópicos abordados XXXV reunião do Fórum de Secretarias do Trabalho – FONSET e comentou sobre o teor da MP 935, que cancela o prazo para o regime, pelo FGU dos recursos do PIS/PASEP ao FAT. Após discussão de várias alternativas de mobilização, decidiu-se, por sugestão de Sinval, que cada entidade se manifestaria oficialmente aos deputados, ao tópico em que o Secretário contrataria a bancada do PMDB, pedindo a revogação da MP 935.

- ITEM 8: Informes Gerais a) Conselho Municipal do Trabalho em São José dos Pinhais: Pedro de Paula Filho manifestou o interesse sobre a criação do Conselho, tripartite e deliberativo, lendo, na ocasião suas principais atribuições, com as quais o Conselho concordou. Aloize Gogola explicitou os passos para a instalação do Conselho, conforme Regimento Interno do CET e o Secretário aceitou o convite, manifesto através de Pedro Paulo Filho, para visitar o

Secretário Municipal e oficializar a criação do Conselho. b) Alberto Manenti da Delegacia Regional do Trabalho, propõe maior interação entre Mtb/DRT e SERT, facilitando o gerenciamento de assuntos de interesse comum, tais como a implantação de postos de entrega de Carteiras de Trabalho nas Agências do SINE, campanha de assinatura de Carteira de Trabalho contratação de pessoal via Mtb e integração com as demais ações do DRT/SERT. c) Pedro de Paula Filho recomenda que, na instalação dos Conselho Regionais ou Municipais do Trabalho , seja dada prioridade aos que já manifestaram interesse. d) Paulo F. Vieira da CUT, convida para eventos da entidade, entre os quais, a presença de Erondina (7 e 8/04/95) e o lançamento da Escola Sul da CUT. e) Sinval recorda a campanha da Carteira assinada já promovida anteriormente, e coloca a FACIAP em apoio à ação da DRT/SERT, inclusive propondo que as empresas terceirizadas tem como condição para a contratação de seus serviços a assinatura das Carteiras de Trabalho, a que Manenti acrescenta a sugestão da edição de seu Boletim Informativo sobre o assunto, Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelo Secretário e eu, Aloize Gogola, lavrei a presente Ata que subscrevo.

Secretário Executivo "ad loc".